



# EDUCAÇÃO:

ATUALIDADE E CAPACIDADE  
DE TRANSFORMAÇÃO DO  
CONHECIMENTO GERADO

7

AMÉRICO JUNIOR NUNES DA SILVA  
(ORGANIZADOR)

  
Ano 2020



# EDUCAÇÃO:

ATUALIDADE E CAPACIDADE  
DE TRANSFORMAÇÃO DO  
CONHECIMENTO GERADO

7

AMÉRICO JUNIOR NUNES DA SILVA  
(ORGANIZADOR)

 **Atena**  
Editora

Ano 2020

**Editora Chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Assistentes Editoriais**

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecário**

Maurício Amormino Júnior

**Projeto Gráfico e Diagramação**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

**Imagens da Capa**

Shutterstock

**Edição de Arte**

Luiza Alves Batista

**Revisão**

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

#### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino  
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

#### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

#### **Linguística, Letras e Artes**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

#### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí  
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco  
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar  
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília  
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa  
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Me. Eivaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza

Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social  
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis  
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos  
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior  
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo  
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará  
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão  
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana  
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

# Educação: atualidade e capacidade de transformação do conhecimento gerado

7

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
**Bibliotecário:** Maurício Amormino Júnior  
**Diagramação:** Natália Sandrini de Azevedo  
**Edição de Arte:** Luiza Alves Batista  
**Revisão:** Os Autores  
**Organizador:** Américo Junior Nunes da Silva

## Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

E24 Educação [recurso eletrônico] : atualidade e capacidade de transformação do conhecimento gerado 7 / Organizador Américo Junior Nunes da Silva. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF  
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader  
Modo de acesso: World Wide Web  
Inclui bibliografia  
ISBN 978-65-5706-281-4  
DOI 10.22533/at.ed.814201308

1. Educação – Pesquisa – Brasil. 2. Planejamento educacional.  
I. Silva, Américo Junior Nunes da.

CDD 370

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

  
**Atena**  
Editora  
Ano 2020

## APRESENTAÇÃO

Diante do atual cenário educacional brasileiro, resultado de constantes ataques deferidos ao longo da história, faz-se pertinente colocar no centro da discussão as diferentes questões educacionais, valorizando formas particulares de fazer ciência. Direcionar e ampliar o olhar em busca de soluções para os inúmeros problemas educacionais postos pela contemporaneidade é um desafio, aceito por muitos professores pesquisadores brasileiros.

A área de Humanas e, sobretudo, a Educação, vem sofrendo destrato constante nos últimos anos, principalmente no que tange ao valorizar a sua produção científica. Precisamos criar diferentes espaços de resistência a todos os retrocessos que nos estão sendo impostos. O sétimo volume deste livro, intitulado “**Educação: Atualidade e Capacidade de Transformação do Conhecimento Gerado**”, da forma como se organiza, é um desses lugares: permite-se ouvir, de diferentes formas, aqueles e aquelas que pensam e inter cruzam as diferentes interfaces educacionais

Este livro, portanto, reúne trabalhos de pesquisa e experiências em diversos espaços, com o intuito de promover um amplo debate acerca das diversas problemáticas que permeiam o contexto educacional brasileiro. Os capítulos que compõe essa obra abordam, de forma interdisciplinar, a partir da realização de pesquisas, relatos de casos e revisões, problemas e situações comuns a Educação.

Por fim, ao levar em consideração todos os elementos que apresentamos anteriormente, esta obra, a partir das discussões que emergem de suas páginas, constitui-se enquanto importante leitura para aqueles que fazem Educação no país ou aqueles que se interessam pelas temáticas aqui discutidas. Nesse sentido, desejo uma boa leitura a todos e a todas.

Américo Junior Nunes da Silva

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENTORNO DOS GRANDES RIOS: O PROJETO ESCOLAS D'ÁGUA NO BRASIL	
Edilzane Almeida Corrêa	
Leandro Monteiro Xavier	
Daniely Alves Almada	
Jaqueline Araújo da Silva	
Luiz Fernando Aguiar Júnior	
Taís Amaral Pires dos Santos	
Yasmim Cristina dos Santos Marques	
Marcelo Antonio Jose de Mesquita	
Sebastião Ribeiro Xavier Júnior	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8142013081</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>11</b>
RESILIÊNCIA E EDUCAÇÃO: UM PANORAMA DOS ESTUDOS BRASILEIROS	
Luciana Ramos Rodrigues de Carvalho	
Francismara Neves de Oliveira	
Jamille Mansur Lopes	
Maria Fernanda Maceira Mauricio	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8142013082</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>24</b>
PERCEPÇÕES DE ESCOLARES ACERCA DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR	
Maria Albaneide Fortaleza	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8142013083</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>37</b>
A PEDAGOGIA EMPRESARIAL COMO POSSÍVEL INSTRUMENTO DE INCLUSÃO DO OUTRO NO CONTEXTO ORGANIZACIONAL	
Luiz Alberto Borcsik	
Carlos Roberto da Silveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8142013084</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>48</b>
PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: CONTRIBUIÇÕES PARA UMA GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA	
Luan Chagas Furlan	
Gemeniane Maria Sales	
Elisa Gomes Magalhães	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8142013085</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>71</b>
DIFICULDADES PARA O INGRESSO NO ENSINO SUPERIOR: A REALIDADE DE ALUNOS DO INTERIOR DE ALAGOAS	
Ana Kelly da Silva Fernandes Duarte	
Ana Karoline da Silva Fernandes Duarte	
Osman Cavalcante Júnior	
Ana Cláudia da Silva Fernandes Duarte	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8142013086</b>	

<b>CAPÍTULO 7 .....</b>	<b>79</b>
MAPEAMENTO DO CLIMA ORGANIZACIONAL EM INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR	
Adelcio Machado dos Santos	
Donizete Dala Santa	
Genéia Lucas dos Santos	
Scheine Neis da Cruz	
Joel Haroldo Baade	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8142013087</b>	
<b>CAPÍTULO 8 .....</b>	<b>95</b>
ESCOLA, SOCIEDADE E CULTURA – A RELEVÂNCIA DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA MATRIZ CURRICULAR ESCOLA	
Adelcio Machado dos Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8142013088</b>	
<b>CAPÍTULO 9 .....</b>	<b>106</b>
MAPEAMENTO, CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA A RESPEITO DA EDUCAÇÃO 4.0 NO PERÍODO DE 2015-2019	
Cristina de Fátima de Oliveira Brum Augusto de Souza	
Lucas Capita Quarto	
Fábio Luiz Fully Teixeira	
Fernanda Castro Manhães	
Sebastião Duarte Dias	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8142013089</b>	
<b>CAPÍTULO 10 .....</b>	<b>114</b>
PROPOSTA INTERDISCIPLINAR DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: A NEUROCIÊNCIAS E O ENVELHECIMENTO HUMANO	
Cristina de Fátima de Oliveira Brum Augusto de Souza	
Lucas Capita Quarto	
Fábio Luiz Fully Teixeira	
Fernanda Castro Manhães	
Sebastião Duarte Dias	
<b>DOI 10.22533/at.ed.81420130810</b>	
<b>CAPÍTULO 11 .....</b>	<b>125</b>
EDUCAÇÃO PARA A PAZ E A PEDAGOGIA SOCIAL: UMA INTERFACE	
Zilpa Helena Lovisi de Abreu	
Annaelise Fritz Machado	
Bruno Barbosa Sousa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.81420130811</b>	
<b>CAPÍTULO 12 .....</b>	<b>139</b>
A HISTÓRIA ORAL COMO FONTE HISTORIOGRÁFICA NA EDUCAÇÃO	
Helen Arantes Martins	
<b>DOI 10.22533/at.ed.81420130812</b>	
<b>CAPÍTULO 13 .....</b>	<b>149</b>
A SÉTIMA ARTE NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	
Kárita Misaele Sousa Felipe	
Mirelle Fernandes Ferreira	
Gabriela dos Reis	
Wanderson Sant 'Ana de Almeida	

Kamila Kronit Bastos  
Edlaine Faria de Moura Villela  
**DOI 10.22533/at.ed.81420130813**

**CAPÍTULO 14 ..... 155**

A FORMA ESCOLAR NAS SOCIEDADES DE CONTROLE

José Eduardo Fonseca Oliveira

**DOI 10.22533/at.ed.81420130814**

**CAPÍTULO 15 ..... 169**

EDUCAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO: DESAFIOS PEDAGÓGICOS

Adelcio Machado dos Santos

Alexandre Carvalho Acosta

Alisson Andre Escher

Inês Maria Gugel Dummel

Joel Haroldo Baade

**DOI 10.22533/at.ed.81420130815**

**CAPÍTULO 16 ..... 177**

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL: AVANÇOS E DESAFIOS

Gabriela Rocha Guimarães

Maria Madalena Gracioli

**DOI 10.22533/at.ed.81420130816**

**CAPÍTULO 17 ..... 186**

AS POLÍTICAS SOCIAIS E SUAS IMPLICAÇÕES NA EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: 1995 A 2016

Diana Gurgel Pegorini

**DOI 10.22533/at.ed.81420130817**

**CAPÍTULO 18 ..... 199**

A PEDAGOGIA JORNALÍSTICA

Vanderlei Souto dos Santos

**DOI 10.22533/at.ed.81420130818**

**CAPÍTULO 19 ..... 205**

ENSINO-PESQUISA-EXTENSÃO ATRAVÉS DE UMA AÇÃO CURRICULAR EM COMUNIDADE E EM SOCIEDADE: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Cassiane Viana de Andrade

Natália Webler

Tilson Nunes Mota

Ridalva Dias Martins Felzemburgh

**DOI 10.22533/at.ed.81420130819**

**CAPÍTULO 20 ..... 211**

IMPACTOS DO CAPITALISMO E DO INDIVIDUALISMO NO ALUNO MODERNO: O ENFRAQUECIMENTO DO DIREITO À EDUCAÇÃO

Fabiana Aparecida Menegazzo Cordeiro

Claudio José Amaral Bahia

**DOI 10.22533/at.ed.81420130820**

<b>CAPÍTULO 21 .....</b>	<b>219</b>
A PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA DO PROJETO AUTONOMIA CARIOCA: A RELAÇÃO DE UMA ACELERAÇÃO DE ESTUDOS COM ÍNDICES QUALIFICADORES DA REDE PÚBLICA CARIOCA (2010-2014)	
Elaine Rodrigues de Ávila Wania Regina Coutinho Gonzalez	
<b>DOI 10.22533/at.ed.81420130821</b>	
<b>SOBRE O ORGANIZADOR.....</b>	<b>231</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO .....</b>	<b>232</b>

## AS POLÍTICAS SOCIAIS E SUAS IMPLICAÇÕES NA EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: 1995 A 2016

*Data de aceite: 03/08/2020*

**Diana Gurgel Pegorini**

Mestre e doutora em Educação pela PUCPR.  
Professora do curso de Licenciatura em  
Pedagogia e de Tecnologia em Secretariado no  
Instituto Federal do Paraná (IFPR).

**RESUMO:** As políticas sociais e suas implicações na expansão da educação profissional no período de 1995 a 2006 são o cerne desta pesquisa. O seu objetivo é apresentar as políticas sociais dos Governos de FHC (1995 a 2003), Lula (2003 a 2011) e Dilma (2011 a 2016), destinadas especialmente à área de educação, identificando se elas contribuíram para a expansão da educação profissional no período já mencionado. Pretende-se responder ao seguinte problema de pesquisa: as políticas sociais contribuíram como e de que forma para a expansão da educação profissional? As fontes da pesquisa são a legislação do período de 1995 a 2016. Como resultado de pesquisa é possível afirmar que as Políticas Sociais contribuíram de forma significativa para a expansão da educação profissional, podendo ser apontadas como responsáveis diretas pelo seu crescimento.

**PALAVRAS-CHAVE:** Políticas sociais; Políticas

Educativas; Educação Profissional.

### SOCIAL POLICIES AND THEIR IMPLICATIONS FOR THE EXPANSION OF PROFESSIONAL EDUCATION: 1995 TO 2016

**ABSTRACT:** Social policies and their implications for the expansion of professional education from 1995 to 2006 are at the heart of this research. Its objective is to present the social policies of the Governments of FHC (1995 to 2003), Lula (2003 to 2011) and Dilma (2011 to 2016), aimed especially at the area of education, identifying whether or not they contributed to the expansion of professional education in the already mentioned period. It is intended to answer the following research problem: how and in what ways to the expansion of professional education? The research sources are the legislation from 1995 to 2016. As a result of the research, it is possible to affirm that Social Policies contributed significantly to the expansion of professional education, and can be identified as directly responsible for its growth.

**KEYWORDS:** Social politics; Educational Policies; Professional education.

## 1 | INTRODUÇÃO

A velocidade da expansão do ensino médio, na década de 90 no Brasil, criou uma enorme demanda para as universidades federais brasileiras. Sem conseguir atendê-la, ainda que parcialmente, o governo federal sofria forte pressão para o aumento de vagas no ensino superior.

A criação da educação profissional e a consequente oferta de cursos profissionais técnicos objetivavam, não explicitado publicamente, direcionar parte dos possíveis candidatos ao ensino superior para o curso profissional técnico. Tratavam-se de Políticas de Compensação.

As Políticas de Compensação foram gestadas buscando amenizar/aliviar as consequências do aumento da pobreza, da violência social, da falta de renda e emprego originados no seio do capitalismo, fruto das políticas neoliberais. Tratavam-se também de políticas de inclusão, pois, era necessário incluir uma camada significativa da população sem acesso à formação profissional, seja em nível médio ou superior.

Atrelada a isso, a educação na década de 1990 foi privatizada trazendo como consequência a redução de vagas nos cursos já ofertados na rede pública em nível técnico, redução das despesas oriundas da redução das vagas ofertadas, compressão dos salários dos educadores e a redução do orçamento das instituições de ensino. A grande beneficiada foi a iniciativa privada que recebeu incentivos fiscais e cresceu vertiginosamente.

O objetivo deste trabalho é apresentar as políticas sociais criadas nos Governos Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2003) e aprofundadas nos Governos Luiz Inácio Lula da Silva (2003 a 2011) e Dilma Vana Rousseff (2011 a 2016), voltadas e/ou relacionadas à área de educação, identificando as suas implicações para a expansão da educação profissional nos cursos técnicos de nível médio e nos cursos superiores de tecnologia.

E como problema de pesquisa a autora buscará responder à seguinte pergunta: as políticas sociais contribuíram como e de que forma para a expansão da educação profissional?

## 2 | AS POLÍTICAS SOCIAIS PARA A ÁREA DE EDUCAÇÃO: 1995 A 2016

As políticas e reformas neoliberais ampliaram significativamente as desigualdades sociais a partir da década de 70. Para minimizar tais consequências advindas disso, em 2000 a Organização das Nações Unidas (ONU), durante a Cúpula do Milênio, propôs as Políticas de transferência direta de renda (RISSATO; MARTINS; ALMEIDA, 2011).

No Brasil, voltado para a área de educação, destaca-se o Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à Educação, mais conhecido por Programa Bolsa Escola, Lei nº 10.219 (BRASIL, 2001a) criado no Governo FHC e substituído no Governo Lula pelo

programa Bolsa Família, Lei nº 10.836/2004. O Programa Bolsa Escola, apesar de extinto, possuía o mesmo objetivo do Bolsa Família: transferir renda condicionada a ações da família em prol da educação. Ainda em 2001 foi criado o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), Lei nº 10.260 (BRASIL, 2001b).

E em 2003 acontece a Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). Essa reestruturação e expansão busca a ampliação da oferta da educação superior pública com: a interiorização das instituições públicas de ensino superior, a ampliação da oferta da educação superior pública; o aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno; a redução das taxas de evasão; a ocupação de vagas ociosas; a reestruturação acadêmico-curricular; e a renovação pedagógica da Educação Superior (MEC, 2020). Ainda segundo o MEC (2020, p. 01):

A expansão da Rede Federal de Educação Superior teve início em 2003 com a interiorização dos campi das universidades federais. Com isso, o número de municípios atendidos pelas universidades passou de 114 em 2003 para 237 até o final de 2011. Desde o início da expansão foram criadas 14 novas universidades e mais de 100 novos campi que possibilitaram a ampliação de vagas e a criação de novos cursos de graduação.

Em 2005 nasce o Projovem, Programa Nacional de Inclusão de Jovens, que sofre alterações em 2008, com a Lei nº 11.692 (BRASIL, 2008a), que tem como público alvo jovens de 15 (quinze) a 29 (vinte e nove anos), com o objetivo de reintegrá-los à escola por meio de sua qualificação profissional (Projovem Trabalhador).

Ainda no ano de 2005, por meio da Lei nº 11.096/2005, foi criado o Programa Universidade para Todos (ProUni), cuja finalidade, segundo o MEC (2016), é a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação nas instituições de ensino superior privadas tendo como contrapartida a isenção de tributos àquelas IES que aderirem ao Programa.

E segundo o MEC (2016, p. 1):

O programa possui também ações conjuntas de incentivo à permanência dos estudantes nas instituições, como o Bolsa Permanência, os convênios de estágio MEC/CAIXA e MEC/FEBRABAN e ainda o Fundo de Financiamento Estudantil – FIES, que possibilita ao bolsista parcial financiar até 100% da mensalidade não coberta pela bolsa do programa.

Ainda segundo o MEC (2016), o ProUni, desde a sua criação em 2001 até o ano de 2014, já havia atendido mais de 1,4 milhão de estudantes sendo que, desse número, 70% usufruíram de bolsas integrais.

A criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) aconteceu em 29 de dezembro de 2008, por meio da Lei 11.892 (BRASIL, 2008c). A Rede Federal é composta de 38 Institutos Federais, dois Cefets, o Colégio Pedro II e a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) foi criado em 2011, por meio da Lei nº 12.513/2011 e oferecia a bolsa formação que consistia

na oferta de cursos técnicos gratuitos para estudantes que já estavam cursando o ensino médio. Oferecia ainda cursos de formação inicial e continuada (FIC). Ambos voltados para a formação e qualificação profissional.

A Portaria Normativa nº 21 de novembro de 2012 (BRASIL, 2012), criou o Sistema de Seleção Unificada – Sisu, sistema por meio do qual eram selecionados estudantes a vagas em cursos de graduação disponibilizadas pelas instituições públicas de ensino superior.

Já a Resolução nº 13, de 9 de maio de 2013, estabelecia os procedimentos para a concessão do Bolsa Permanência. Essa bolsa tinha como público alvo estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, estudantes indígenas e quilombolas matriculados em cursos de graduação de instituições federais de ensino superior.

Todos esses programas trouxeram grandes implicações na expansão da educação profissional nos cursos técnicos de nível médio e nos cursos superiores de tecnologia conforme se observará ao longo deste artigo.

### **3 | EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO E TECNOLÓGICA EM NÍVEL SUPERIOR**

A formação do trabalhador brasileiro existe desde o Brasil Colônia. Naquele período “[...] a educação profissional esteve dirigida aos índios e escravos, com vistas a formar os primeiros aprendizes de ofícios” (AZEVEDO, SHIROMA E COAN, 2012, p. 27). E ela acontecia, segundo Castanho (2015, p. 09):

nas fazendas, nos engenhos, nos colégios e residências dos jesuítas assim como nos de outras ordens religiosas, nos arsenais em que se produziam embarcações e se lhes dava manutenção (as assim chamadas “ribeiras”), nas corporações, também ditas “bandeiras”, como a Irmandade de São José, no Rio de Janeiro, que reunia sob a mesma bandeira os ofícios de pedreiro e carpinteiro e como anexos os de ladrilheiro, azulejeiro, carpinteiro de móveis, marceneiro, entalhador, torneiro e violeiro, e ainda nas minas e nos estabelecimentos anexos como as Casas de Fundição e da Moeda.

Percebe-se assim que a formação do trabalhador brasileiro acontecia de forma bastante rudimentar e insipiente. E que, além disso, não havia preocupação com a formação desse trabalhador. Atualmente é possível notar algumas mudanças na forma de oferecer essa formação, a partir da inclusão da Seção IV – A, que trata da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, na Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/96, com nova redação na Lei nº 11.741/2008 (BRASIL, 2008a).

A educação profissional e tecnológica, conforme a Lei nº 11.741/2008, Art. 39 (BRASIL, 2008, p. 1):

[...] integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia.

§ 1º Os cursos de educação profissional e tecnológica poderão ser organizados por eixos tecnológicos, possibilitando a construção de diferentes itinerários formativos, observadas as normas do respectivo sistema e nível de ensino.

§ 2º A educação profissional e tecnológica abrangerá os seguintes cursos:

I – de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; II – de educação profissional técnica de nível médio; III – de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação.

A busca pela expansão na educação profissional de nível técnico é evidenciada no Plano Nacional de Educação – PNE (BRASIL, 2013) para o período 2014-2024, na meta de nº 11, e para o ensino superior a expectativa de crescimento está disposta na meta de nº 12.

Cumprir essas metas não será fácil. Uma vez que os números de matrículas de 2019, ano do último censo divulgado, dá a dimensão dessa dificuldade. Especialmente se se comparar o número de matrículas na educação profissional técnica de nível médio do ano de 2019, vide Tabela 1, com a projeção do número de matrículas desejados para 2024: para a EJA, 7.343.376 matrículas; para EJA Médio, 3.974.634; para o ensino médio de 24.938.445; e para a educação profissional (concomitante e subsequente) 3.307.983. Como atingir números de matrículas tão expressivos?

ANO	Matrículas na educação profissional por dependência administrativa				
	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
2008	942.917	132.732	322.362	36.120	451.703
2010	1.178.540	179.433	418.157	32.265	548.685
2012	1.398.193	224.892	505.714	31.056	636.531
2014	1.784.403	249.604	536.678	40.927	957.194
Δ%2008/2014	89,2	88,1	66,5	13,3	111,9

Tabela 1 - Evolução do número de matrículas na educação profissional por dependência administrativa - Brasil - 2008/2014

Fonte: INEP (2015)

Notas: 1) Não inclui matrículas em turmas de atendimento complementar e atendimento educacional especializado (AEE).

2) Inclui matrículas de educação profissional integrada ao Ensino Médio.

A expansão é significativa no período analisado na Tabela 1. A variação total em percentual no período de 2008 a 2014 é de 89,2%, período em que as Políticas de inclusão e compensatórias estavam sendo implementadas, como por exemplo, o Programa Bolsa Escola criado em 2001 e substituído depois pelo Programa Bolsa Família em 2004; O FIES em 2001; o ProUni em 2005; o ProJovem em 2005; o PRONATEC em 2011 e o Bolsa Permanência em 2013. Tanto que a expansão na Rede Federal, no período já citado, foi na ordem de 88,1%: na estadual, 66,5%; na municipal, 13,3% e na rede privada, 111,9%.

A partir de 2014 a 2016, o número de matrículas na educação profissional já sinalizava redução. O destaque para a redução do número de matrículas é para a Formação Inicial e Continuada (FIC) cujo número, de 2015 a 2019, caiu em 2/3 das matrículas, aproximadamente. Essa diminuição pode ser explicada, pelo menos em parte, pelos cortes sofridos no orçamento da educação iniciada em 2015. Em 2016, no Governo do Michel Miguel Temer Lulia<sup>1</sup>, foi proposto medida para limitar por 20 anos os gastos com a educação.

ANO	EJA (NÍVEL MÉDIO)	FIC	INTEGRADA (NÍVEL MÉDIO)	CONCOMITANTE (NÍVEL MÉDIO)	SUBSEQUENTE
2015	38.228	91.735	485.685	278.212	1.023.332
2016	32.710	84.616	531.843	329.033	881.738
2017	35.043	39.197	554.319	328.073	874.371
2018	35.145	34.313	584.564	354.346	894.862
2019	36.750	39.775	252.221	623.178	962.825

Tabela 1 – Número de Matrículas na Educação Profissional – Brasil – 2015-2019.

Fonte: elaboração própria a partir dos dados coletados do INEP (2020)

O FIC não foi eliminado, mas a oferta reduzida, impacta no número de matrículas. Isso aconteceu também com alguns programas que não foram eliminados, porém a sua redução foi bastante significativa a partir de 2016.

Para a continuidade da expansão do ensino no Brasil para cumprimento das metas estabelecidas no PNE (2014-2024), em todos os níveis de ensino, o país precisará superar inúmeros problemas cujo cerne reside no fato de que o Brasil ainda não possui um Sistema Nacional de Educação<sup>2</sup>. E para a sua construção configuram-se inúmeros obstáculos, que são, conforme Saviani (2014), econômicos, políticos, filosófico-ideológicos e legais.

Com relação aos obstáculos econômicos, Saviani (2014) apresenta a resistência histórica à manutenção da educação pública no Brasil. Na Tabela 2 apresentar-se-á a evolução do financiamento à educação ao longo da história.

1. No Governo Temer foi proposto estabelecer teto para os gastos públicos cuja regra limitaria o aumento das despesas do governo à inflação do ano anterior medida pelo IPCA, com duração de 20 anos.

2. Para saber mais vide Saviani (2014)

ENTES FEDERADOS	VINCULAÇÃO %						
	CF <sup>3</sup> 34 Art. 139	CF 37	CF 46 Art. 169	CF 67	EC <sup>4</sup> n° 01/69	EC n° 24/83	CF 88 Art. 212
União	10*	Revogou a vinculação	10	Revogou a vinculação	-	13	18
Estados e DF	20		20		-	25	25
Municípios	10		20		20	25	25

Tabela 2 - Vinculação de recursos para a educação, ordenada nas diferentes Cartas Constitucionais, Brasil – 1934/1988.

\*A Constituição de 1934 subvinculava 20% da alíquota da União para o ensino rural (art. 156).

Fonte: Menezes (2008, p. 154).

Diante dos números apresentados é possível supor que não haverá recursos suficientes destinados à educação para garantir a triplicação do número de matrículas na educação profissional técnica de nível médio.

Já os obstáculos políticos estão relacionados, segundo Saviani (2014), à descontinuidade nas políticas educativas. As reformas se sucedem e elas “[...] vistas em retrospectiva de conjunto, descrevem um movimento que pode ser reconhecido pelas metáforas do zigue-zague ou do pêndulo” (SAVIANI, 2014, p. 34).

A cada novo governo novas reformas são implementadas, levando o pêndulo para o lado oposto à posição anterior. Isso acontece porque essas reformas são políticas de governo e não de estado. E cada governo as altera conforme os seus interesses.

Os obstáculos filosófico-ideológicos tratam-se da resistência no nível das ideias. Ela está vinculada à concepção filosófica-ideológica de homem, da sociedade, de vida relacionados com a escola e com as questões educacionais (SAVIANI, 2014).

A concepção filosófica-ideológica no Brasil pode ser dividido em três grupos distintos: os tradicionalistas, os liberais e os cientificistas. Os grupos liberais e cientificistas (de orientação positivista) apesar de defenderem a modernização da sociedade brasileira se opuseram, por motivos diferentes, é importante destacar isso, à criação do Sistema Nacional de Educação (SAVIANI, 2014).

E os obstáculos legais constituem-se na inexistência de:

[...] um órgão dotado de autonomia, representatividade e legitimidade, enquanto uma instância permanente e renovada por critérios e periodicidade distintos daqueles que vigoram no âmbito da política partidária, estaria, senão imune, pelo menos não tão vulnerável aos interesses da política miúda (SAVIANI, 2014, p. 46).

Sem esse órgão sugerido por Saviani (2014) a educação brasileira, em todos os níveis e etapas de ensino, está sujeita ao ir e vir da política educacional, mudando ao sabor dos interesses de grupos e trazendo, como consequência, prejuízos ao atingimento de qualquer meta, inclusive a do PNE (2014-2024).

3. Constituição Federal - CF

4. Emenda constitucional - EC

Com relação à educação profissional tecnológica, em nível superior, foi instituído o Sistema Nacional de Educação Tecnológica pelo Governo Federal por meio da Lei nº 8.948/94 que conforme o Art. 3 transforma as:

[...] Escolas Técnicas Federais, criadas pela Lei n. 3552, de 16 de fevereiro de 1959 e Lei n. 8670, 30 de junho de 1983, ficam transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica, nos termos da Lei n. 6.545, de 30 de junho de 1978, alterada pela Lei n. 8.711, de 28 de setembro de 1993, e do Decreto n. 87.310, de 21 de junho de 1982 (BRASIL, 1994, p. 01).

Essa transformação das Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica busca criar espaço e consolidar a formação do trabalhador brasileiro, iniciada com as Escolas Técnicas Federais. E para, além disso, ofertar a educação profissional também em nível superior. O Decreto nº 2.406/1997 regulamenta a Lei nº 8.948/94 que decreta:

Art. 1º - Os Centros de Educação Tecnológica constituem modalidade de instituições especializadas de educação profissional, prevista no art. 40 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e no art. 2º do Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997.

Art. 2º - Os Centros de Educação Tecnológica, públicos ou privados, têm por finalidade formar e qualificar profissionais, nos vários níveis e modalidades de ensino [...] (BRASIL, 1997, p. 01).

E ainda, apresentam em seu Art. 3º, as características básicas dos Centros de Educação Tecnológica, sejam eles públicos ou privados:

I - oferta de educação profissional [...]; II - atuação prioritária na área tecnológica [...]; III - conjugação, no ensino, da teoria com a prática; IV - integração efetiva da educação profissional aos diferentes níveis e modalidades de ensino, ao trabalho, à ciência e à tecnologia; [...]VI - oferta de ensino superior tecnológico diferenciado das demais formas de ensino superior; [...] (BRASIL, 1997, p. 01).

Assim, portanto, a educação profissional pensada para a formação do trabalhador brasileiro aconteceria nos Centros de Educação Tecnológica, instituição de ensino responsável pela oferta de cursos voltados para a educação profissional, nos diferentes níveis e modalidades de ensino.

Na década de 90, com o aumento da oferta dos cursos tecnológicos eles foram finalmente reconhecidos como cursos de graduação, portanto superior, por meio do Parecer CNE<sup>5</sup>/ CES<sup>6</sup> 436/2001.

Em 2002 é publicada a Resolução do CNE/CP<sup>7</sup>, de nº 3, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia.

A Resolução CNE/CP 3, de 18 de dezembro de 2002, estabelece em seu Art. 4º que “os cursos superiores de tecnologia são cursos de graduação, com características especiais, e obedecerão às diretrizes contidas no Parecer CNE/CES 436/2001 e conduzirão

5. Conselho Nacional de Educação (CNE)

6. Câmara de Educação Superior (CES)

7. Conselho Pleno (CP)

à obtenção de diploma de tecnólogo” (BRASIL, 2002, p. 01). Esses cursos, apesar de tempo de duração menor que os cursos de algumas licenciaturas e bacharelados, são cursos superiores. De tal modo, dependendo do curso, é possível haver ou oferecer um curso tecnólogo, em nível superior, com apenas dois anos de duração<sup>8</sup>.

Em 2006 ocorre a criação e a aprovação do Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia. Ele é, segundo o MEC (2015, p. 01):

[...] um guia de informações sobre o perfil de competências do tecnólogo. Ele apresenta a carga horária mínima e a infraestrutura recomendada para cada curso, [...] serve de base também para o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) e para os processos de regulação e supervisão da educação tecnológica.

Assim, a oferta da educação profissional em nível superior é incluída na LDB nº 9.394 (BRASIL, 1996), por meio da Lei n. 11.741 (BRASILa, 2008) que afirma que observadas as diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação, será desenvolvida por meio de cursos e programas de: “I - formação inicial e continuada de trabalhadores; II - educação profissional técnica de nível médio; e III - educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação” (BRASILb, 2008, p. 15).

Ainda no ano de 2008, foi instituída a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica<sup>9</sup> e criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. A Rede Federal de Educação Profissional é constituída das seguintes instituições, conforme Art. 1º:

I - Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - Institutos Federais; II - Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR; III - Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET-RJ e de Minas Gerais - CEFET-MG (BRASILc, 2008, p. 01).

Com essa lei foi criada a primeira Universidade Tecnológica do Brasil, inicialmente CEFET/PR, atualmente Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Trata-se de uma Universidade especializada, voltada para a Educação Profissional.

Os Institutos Federais de Educação, têm como objetivos: atuar na educação profissional técnica de nível médio; na educação superior com os cursos superiores de tecnologia e licenciatura voltados à formação de professores para a educação básica, educação profissional e bacharelado; na pós-graduação, *lato sensu*, possibilitando o aperfeiçoamento e a especialização; e na pós-graduação, *strictu sensu*, com ofertas para o mestrado e o doutorado (BRASIL, 2008b), e, como consequência, a verticalização do ensino na educação profissional.

Os dados do INEP apontam que durante o período 2001-2013 os cursos tecnológicos tiveram uma elevação significativa, sinalizando forte trajetória de expansão, uma vez que aumentou mais de 10 vezes no período. Isso também é visível quando analisado o Número de Matrículas de Graduação por Grau Acadêmico e Modalidade de Ensino.

8. Sobre carga horária consultar o Catálogo Nacional de cursos superiores de tecnologia no portal do MEC.

9. Sobre a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica consultar link <http://redefederal.mec.gov.br/>.

Apenas no período de 2010 a 2013 a expansão dos cursos tecnológicos foi na ordem de 27,4%. Nos anos de 2014 a 2016 há o aumento no número de matrículas, exceto nos cursos tecnológicos, com ligeira queda, conforme Tabela 3.

Ano	Total	Bacharelado	Bacharelado e Licenciatura	Licenciatura	Tecnológico
2001	3.036.113	2.036.724	279.356	648.666	69.797
2002	3.520.627	2.340.407	306.465	789.575	81.348
2003	3.936.933	2.600.193	332.885	885.384	114.770
2004	4.223.344	2.788.406	344.570	928.599	158.916
2005	4.567.798	3.001.095	356.605	970.331	237.066
2006	4.883.852	3.172.626	361.093	1.023.582	325.901
2007	5.250.147	3.419.495	345.778	1.062.073	414.822
2008	5.808.017	3.772.939	333.024	1.159.750	539.651
2009	5.954.021	3.867.551	214.028	1.191.763	680.679
2010	6.379.299	4.226.717	...	1.354.989	781.609
2011	6.739.689	4.495.831	...	1.356.329	870.534
2012	7.037.688	4.703.693	...	1.366.559	944.904
2013	7.305.977	4.912.310	...	1.374.174	995.746
2014	7.828.013	5.309.414	...	1.466.635	1.029.767
2015	8.027.297	5.516.151	...	1.471.930	1.010.142
2016	8.048.701	5.549.736	...	1.520.494	946.226

Tabela 3 - Evolução do Número de Matrículas por Grau Acadêmico – Brasil – 2001-2016

Fonte: Adaptado de INEP (2016)

Notas: 1. Bacharelado e Licenciatura: grau acadêmico existente até o Censo da Educação Superior de 2009.

No período de 2009 a 2013 há variação no número de Instituições de Ensino Superior (IES). As Faculdades tiveram participação de 84,3% com concentração de apenas 29,2% de matrículas; as Universidades com participação de apenas 8,2%, mas concentração de 53,4% de matrículas; os centros universitários com participação de 5,9% e 15,8% de concentração de matrículas; e os IFs e os Cefets com participação de 1,7% e concentração de matrículas de 1,6% (INEP, 2015).

No mesmo período, a evolução do número de cursos de graduação por grau acadêmico, para os cursos tecnológicos, teve um aumento na ordem de 27,2% (INEP, 2015). Ou seja, significa que a oferta de cursos tecnológicos superou proporcionalmente os de licenciatura e os de bacharelados. A Tabela 3 demonstra que em relação aos demais cursos de bacharelado e licenciatura, o curso tecnológico ainda é o curso menos procurado apesar de sua expansão. Destaca-se também o aumento de alunos concluintes para os cursos tecnológicos. Para o período de 2010-2013 foi de 19,9% e houve também aumento no total de concluintes que foi de 1,8% (INEP, 2015).

## 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Coube ao Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2003) iniciar, como política social, seguindo as recomendações dos organismos internacionais, a transferência de renda com o Programa Bolsa Escola. Ainda que necessária naquele contexto, o programa de cunho assistencialista, pedia uma contra partida para as famílias beneficiárias: as crianças deveriam ser mantidas na escola. Foi responsável pela criação do FIES e do primeiro PNE (2001 a 2010).

Nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003 a 2011) as políticas sociais foram aprofundadas e ampliadas. Muitas delas foram dirigidas para a área educacional, em específico para a educação profissional: ProUni, Reuni e IFs. Manteve o FIES; o PNE (2001 a 2010), ainda que sem atingir as metas previstas; o Programa Bolsa Escola que alterou o nome para Bolsa Família, ampliando o número de famílias atendidas.

Já no governo de Dilma Vana Rousseff (2011 a 2016) foram criados o PRONATEC, o SISU e o Bolsa Permanência para garantir a permanência dos alunos diminuindo assim a evasão escolar.

É possível afirmar que o período analisado foi um período de verdadeira ebulição nas instituições públicas federais. O aumento no número de vagas ofertadas nas instituições de ensino privadas também cresceu muito graças ao FIES.

Após o ano de 2016, com uma crise financeira instalada no país, muitos cortes no orçamento da educação foram feitos. Os percentuais investidos na educação precisaram ser flexibilizados o suficiente para “promover” o equilíbrio fiscal obtido por meio da criação de superávit fiscal para pagamento dos juros da dívida pública.

Conclui-se que, ainda que pese sobre as políticas sociais o ônus de promover programas de cunho assistencialista, não é possível negar que elas contribuíram enormemente para expansão ao acesso e permanência de milhares de brasileiros à educação profissional técnica e tecnológica. E dessa forma esses brasileiros conseguiram se qualificar profissional.

Também não é possível negar que as Políticas Sociais podem ser apontadas como responsáveis diretas pela expansão da educação profissional nos cursos técnicos de nível médio e nos cursos superiores de tecnologia.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Luiz Alberto; SHIROMA, Eneida Oto; COAN, Marival. **As políticas públicas para a educação profissional e tecnológica: sucessivas reformas para atender a quem?** B. Téc. Senac: a R. Educ. Prof., Rio de Janeiro, v. 38, nº 2, maio/agosto 2012. Disponível em <<http://www.senac.br/media/20984/artigo3.pdf>>. Acesso em: 8 abr. 2016.

CASTANHO, Sérgio. **Educação e Trabalho no Brasil Colônia**. Disponível em <[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos\\_frames/artigo\\_099.html](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_099.html)>. Acesso em: 13 jul. 2015.

BRASIL. Lei nº 8.948, 08 de dezembro de 1994. Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica. Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8948.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8948.htm)>. Acesso em: 13 jul. 2015.

BRASIL. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm)>. Acesso em: 13 de jul. 2015.

BRASIL. Decreto nº 2.406 de 27 de novembro de 1997. Regulamenta a Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/dec2406.pdf>>. Acesso em: 11 ago. 2015.

BRASIL. Lei nº 10.219 de 11 de abril de 2001a. Cria o Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à educação - “Bolsa Escola”. Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LEIS\\_2001/L10219.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10219.htm)>. Acesso em: 10 abr. 2016.

BRASIL. Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001b. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior. Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LEIS\\_2001/L10260.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10260.htm)>. Acesso em: 27 abr. 2020.

BRASIL. Resolução CNE/CP 3, de 18 de dezembro de 2002. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia. Disponível em < <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP032002.pdf>>. Acesso em: 11 ago. 2015.

BRASIL. Lei nº 10.836 de 09 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família. Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/l10.836.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.836.htm)>. Acesso em: 10 abr. 2016.

BRASIL. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004. Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/lei/l11096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11096.htm)>. Acesso em: 10 abr. 2016.

BRASIL. Decreto nº 5.773 de 09 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/decreto/d5773.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5773.htm)>. Acesso em: 11 ago. 2015

BRASIL. Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008a. Dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem, instituído pela Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005; altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004; revoga dispositivos das Leis nºs 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, 10.748, de 22 de outubro de 2003, 10.940, de 27 de agosto de 2004, 11.129, de 30 de junho de 2005, e 11.180, de 23 de setembro de 2005. Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11692.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11692.htm)>. Acesso em: 10 abr. 2016.

BRASIL. Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008b. Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm)>. Acesso em: 13 de jul. 2015.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008c. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm)>. Acesso em: 11 ago. 2015.

BRASIL. Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); altera as Leis nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio, nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, e nº 11.129, de 30 de junho de 2005, que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem). Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Lei/L12513.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12513.htm)>. Acesso em: 27 abr. 2020

BRASIL. MEC. Portaria Normativa nº 21, de 5 de novembro de 2012. Dispõe sobre o Sistema de Seleção Unificada - Sisu. Disponível em < <http://static03.mec.gov.br/sisu/portal/data/portaria.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação PNE. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm). Acesso em: 7 abr. 2016.

INEP. **Censo da educação superior 2013**: resumo técnico. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2014.

INEP. **Dados censo 2014**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2015. Disponível em [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=17044-dados-censo-2015-11-02-materia&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17044-dados-censo-2015-11-02-materia&Itemid=30192). Acesso em: 8 abr. 2016.

INEP. Sinopses Estatísticas da Educação Superior: graduação: 2015. Disponível em < <http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>>. Acesso em: 12 ago. 2015.

INEP. **Censo da Educação**: 2019: Notas Estatísticas. INEP/MEC: Brasília, 2020.

MEC. INEP. Parecer CNE/ CES 436/2001. Trata dos Cursos Superiores de Tecnologia – Formação de Tecnólogos. Disponível em < <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0436.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2020.

MEC. **Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia**. Disponível em < [http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=86&id=12352&option=com\\_content](http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=86&id=12352&option=com_content)>. Acesso em: 11 ago. 2015.

MEC. **ProUni**: Programa Universidade para Todos. Disponível em < <http://prouniportal.mec.gov.br/o-programa>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

MEC. O que é Reuni. Disponível em < <http://reuni.mec.gov.br/o-que-e-o-reuni>>. Acesso em: 29 abr. 2020.

MENEZES, Janaina S. S. A vinculação constitucional de recursos para a educação: os (des)caminhos do ordenamento constitucional. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 30, p149 –163, jun 2008.

RISSATO, Denise; MARTINS, Fernando José; ALMEIDA, Janaína Aparecida de Mattos. **Políticas públicas compensatórias**: uma discussão preliminar. Anais do V Seminário Nacional Estado e Política Sociais. Cascavel: Edunioeste, 2011. Disponível em < [http://cac-php.unioeste.br/projetos/gpps/midia/seminario6/arqs/Trab\\_completos\\_politicas\\_seguridade/Politicas\\_publicas\\_compensatorias\\_discussao\\_preliminar.pdf](http://cac-php.unioeste.br/projetos/gpps/midia/seminario6/arqs/Trab_completos_politicas_seguridade/Politicas_publicas_compensatorias_discussao_preliminar.pdf)>. Acesso em: 10 abr. 2016.

SAVIANI, Dermeval. **Sistema Nacional de Educação e Plano Nacional de Educação**: significado, controvérsias e perspectivas. Campinas: Autores Associados, 2014.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Ação experimental 2, 8

Adolescente 11, 15, 24, 25, 207, 208

Ambiente 1, 2, 3, 10, 11, 13, 14, 18, 21, 22, 26, 27, 28, 29, 30, 33, 37, 55, 57, 65, 67, 82, 83, 88, 93, 96, 97, 102, 159, 172, 175, 205, 208, 220, 229

Avanços 25, 33, 75, 110, 111, 118, 134, 139, 140, 141, 143, 144, 145, 147, 177, 178, 179, 181, 184, 217, 227

### B

Bibliometria 106, 107, 108, 112, 113, 124

### C

Campo Educacional 106, 108, 133, 139, 140, 141, 145, 220

Capitalismo 166, 168, 187, 211, 212, 213, 214, 215, 216

Cinema 149, 150, 151, 153, 199, 200, 201, 203

Clima organizacional 79, 80, 81, 82, 83, 85, 87, 91, 93, 94

### D

Desafios 50, 52, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 69, 106, 108, 123, 127, 128, 139, 140, 144, 145, 147, 169, 170, 171, 173, 175, 177, 178, 179, 182, 183, 184, 210, 216

Desenvolvimento 13, 14, 16, 19, 20, 21, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 50, 52, 57, 59, 60, 67, 75, 76, 78, 79, 80, 83, 88, 95, 100, 101, 103, 104, 108, 109, 111, 113, 114, 115, 119, 120, 121, 122, 125, 126, 127, 128, 131, 132, 133, 139, 141, 144, 148, 169, 170, 173, 175, 176, 177, 179, 181, 183, 185, 199, 201, 202, 203, 209, 211, 212, 213, 214, 215, 217, 223, 227, 231

Direito à educação 54, 137, 177, 178, 180, 182, 183, 184, 211, 212, 213, 214

Docentes 19, 60, 69, 85, 104, 112, 113, 115, 117, 120, 170, 200, 203, 207, 208, 224, 228, 229

### E

EAD 166, 167, 199, 200, 201, 202, 203

Educação 11, 1, 2, 3, 5, 9, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 34, 37, 39, 40, 43, 44, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 75, 76, 77, 78, 79, 94, 95, 96, 99, 100, 101, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 116, 120, 122, 123, 125, 126, 127, 128, 129, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 139, 140, 141, 142, 144, 147, 148, 149, 150, 151, 154, 155, 157, 165, 167, 168, 169, 170, 171, 175, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 206, 207, 209, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221,

222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231

Educação 4.0 106, 107, 108, 109, 110, 112, 113

Educação de jovens e adultos 11, 15, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 197

Educação escolar 50, 54, 55, 177, 180, 182, 183, 184

Educação para a paz 128, 131, 134, 136, 137

Educação Patrimonial 95, 101, 103, 104, 105

Educação Profissional 180, 181, 182, 186, 187, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 196, 197

Educação Superior 77, 79, 94, 169, 170, 171, 175, 188, 193, 194, 195, 197, 198, 206

Enfermagem 14, 205, 206, 207

Ensino 3, 8, 9, 17, 18, 19, 20, 24, 26, 27, 29, 40, 43, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 80, 101, 103, 107, 110, 111, 112, 115, 116, 117, 122, 123, 127, 150, 162, 163, 165, 166, 169, 170, 171, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 199, 201, 202, 203, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 217, 219, 222, 223, 224, 226, 227, 229, 231

Ensino Superior 71, 72, 73, 74, 75, 76, 78, 80, 101, 112, 115, 116, 166, 170, 176, 187, 188, 189, 190, 193, 195, 197, 210, 231

Envelhecimento 20, 114, 115, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123

Escola 3, 4, 6, 8, 9, 11, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 43, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 73, 74, 75, 95, 96, 98, 102, 103, 110, 127, 132, 133, 139, 140, 152, 157, 162, 163, 164, 165, 166, 183, 187, 188, 190, 192, 196, 197, 205, 207, 208, 209, 224, 228

escolar 1, 2, 8, 9, 11, 13, 15, 17, 18, 19, 21, 22, 24, 25, 34, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 74, 75, 77, 95, 98, 102, 103, 104, 105, 126, 148, 155, 156, 157, 158, 159, 161, 162, 163, 164, 166, 167, 168, 177, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 196, 206, 216, 220, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 231

Escolar 16, 20, 21, 48, 55, 79, 155, 157, 158, 164, 168, 185, 224, 227, 228

Espaços escolarizados 2, 3

Estudantes da rede pública 71

Éthos organizacional 37, 41, 44, 46

Extensão 4, 21, 114, 115, 116, 117, 120, 121, 122, 123, 149, 150, 151, 178, 205, 206, 207, 208, 209, 210

## F

Forma escolar 155, 156, 157, 158, 159, 161, 162, 163, 164, 166, 167, 168

## G

Gerencialismo 219, 220, 222, 223, 227, 229, 230

Gestão democrática 48, 49, 50, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 60, 65, 67, 69, 70

Gestão do conhecimento 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176

Gestão universitária 20, 79, 123, 210

## H

História oral 139, 140, 144, 145, 146, 147, 148

## I

Impedimentos 71, 75

Inclusão 17, 18, 20, 37, 38, 39, 42, 43, 46, 47, 104, 137, 149, 150, 151, 168, 187, 188, 189, 190, 197, 214

Inclusão Social 137, 149, 150

Indústria 4.0 106, 107, 108, 110

Ingresso 53, 71, 73, 75, 76, 77, 121, 188

Interface 18, 21, 125, 126, 127, 134

## M

Medicina na arte 149

## N

Neurociências 114, 115, 119, 120, 121, 123

## P

Parceria Público-Privada 219, 222, 223, 224, 225, 226, 228

Participação 24, 39, 48, 49, 50, 51, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 64, 65, 66, 67, 68, 70, 74, 83, 88, 89, 91, 93, 94, 99, 116, 117, 119, 120, 121, 159, 195, 207, 209

Pedagogia 11, 37, 38, 39, 43, 46, 47, 69, 122, 125, 126, 127, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 148, 163, 169, 186, 199, 200, 201, 202, 203, 204

Pedagogia Empresarial 37, 38, 43, 46, 47, 199

Pedagogia Jornalística 199, 200, 201, 202, 203

Pedagogia Social 125, 126, 127, 132, 133, 134, 135, 136, 137

Pesquisa 1, 2, 3, 4, 14, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 26, 28, 29, 30, 31, 34, 36, 37, 48, 51, 69, 71, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 80, 81, 83, 84, 86, 87, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 104, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 120, 122, 125, 127, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 148, 166, 168, 182, 185, 186, 187, 201, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 213, 224, 229, 231

Políticas educativas 192

Políticas Sociais 119, 186, 187, 196

Práxis 38

Projeto Autonomia Carioca 219, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 230

Projeto Político Pedagógico 48, 49, 54, 60, 61, 62, 63, 67, 69, 70

Promoção da saúde 18, 149, 150

## Q

Qualidade de ensino 48, 50, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 65, 66, 68, 229

## R

Resiliência 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23

## S

Socialização pedagógica 155, 156, 159, 162, 167

Sociedade 1, 2, 13, 16, 25, 26, 27, 29, 32, 33, 34, 42, 43, 46, 59, 62, 64, 72, 77, 79, 93, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 103, 104, 107, 110, 111, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 121, 122, 125, 126, 127, 128, 130, 131, 132, 134, 135, 137, 142, 148, 149, 153, 155, 156, 157, 158, 159, 161, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 177, 182, 183, 184, 192, 199, 202, 205, 206, 207, 208, 209, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 220, 221, 222, 226, 228

Sociedade de controle 155, 156, 164, 165, 167, 168

## T

Técnicas 1, 4, 9, 34, 37, 38, 40, 43, 46, 108, 116, 142, 144, 159, 162, 164, 166, 170, 171, 193, 199, 200, 201, 202, 203, 208, 220

## U

Universidade 1, 4, 8, 9, 10, 11, 16, 17, 22, 34, 37, 48, 70, 71, 75, 76, 77, 79, 85, 89, 95, 106, 111, 113, 114, 115, 116, 117, 120, 122, 123, 137, 139, 140, 149, 151, 169, 176, 178, 188, 194, 197, 198, 199, 205, 206, 207, 209, 210, 211, 214, 231

## V

Violência 15, 16, 18, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 128, 129, 130, 131, 134, 135, 160, 187, 206, 207, 208

Violência Doméstica 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 35

# EDUCAÇÃO:

ATUALIDADE E CAPACIDADE  
DE TRANSFORMAÇÃO DO  
CONHECIMENTO GERADO

# 7

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

@atenaeditora 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

 **Atena**  
Editora

Ano 2020

# EDUCAÇÃO:

ATUALIDADE E CAPACIDADE  
DE TRANSFORMAÇÃO DO  
CONHECIMENTO GERADO

# 7

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

 **Atena**  
Editora

Ano 2020